_ SEG _ Ferrando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal)_ Inaciá Santana (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI _ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábia Oliveira _ Pedro Dória _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
malu.gaspar@oglobo.com.br

A Petrobras e a espuma

Quando se soube que o próprio presidente Lula arbitrou a disputa em torno dos dividendos extraordinários da Petrobras e mandou que seis conselheiros votassem contra o pagamento, o presidente da companhia, Jean Paul Prates, correu para negar:

— Não houve ordem do presidente Lula — afirmou ele, dizendo que as informações a respeito e o abalo na Bolsa em torno do tema eram "espuma".

Horas depois, o próprio Lula desmentiu Prates. Numa entrevista ao SBT, admitiu que teve "uma conversa séria com a administração da Petrobras", "porque é preciso a gente pensar no povo brasileiro". O presidente foi direto:

— Se eu for atender apenas à choradeira do mercado, não faço nada — disse Lula. — O mercado é um rinoceronte, um dinossauro voraz, quer tudo para ele e nada para o povo. Será que o mercado não tem pena das pessoas que passam fome?

Na opinião do chefe do Executivo, a Petrobras bate recordes de produção, de exportação e de arrecadação, "e a gente não ganha nada com isso". Seria importante que o presidente dissesse quem é "a gente", porque 37% de tudo o que a empresa distribui vai para o caixa do Tesouro — R$ 20 bilhões só em 2023 e outros R$ 72 bilhões em 2022, que ajudaram a pagar gastos com Bolsa Família, educação e saúde.

Se há espuma nessa discussão, ela ofusca não o que aconteceu na semana passada, e sim quanto as coisas já mudaram na Petrobras neste terceiro mandato de Lula.

Quando a pendenga dos dividendos começou, as manchetes sobre a empresa estavam concentradas em outro assunto bem menos confortável de discutir diante dos microfones: um contrato em que a Petrobras se dispõe a perder meio bilhão de reais em oito meses para salvar da bancarrota a Unigel, uma fabricante de fertilizantes com bons amigos no governo.

Em 2019, ainda durante o governo Bolsonaro, a Unigel arrendou da Petrobras duas fábricas, uma na Bahia e outra em Sergipe, quando a companhia passou a se desfazer de negócios que considerava menos rentáveis. Nos primeiros anos, a guerra da Rússia contra a Ucrânia levou à escassez de matéria-prima e à alta no preço do fertilizante, e a Unigel teve lucro. Mas, em 2023, o quadro mudou, a empresa passou a ter prejuízo e parou as fábricas.

Entraram em campo, então, os contatos no governo Lula 3.0, e em 29 de dezembro de 2023 as duas empresas fecharam um acordo *sui generis*. Por ele, a petroleira fornece gás à Unigel e recebe em pagamento o fertilizante para vender no mercado. Só que os preços do gás estão em alta e os do fertilizante em queda, o que fez os técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) calcularem que a Petrobras terá prejuízo de R$ 487 milhões se levar o negócio adiante.

A diretoria justificou o contrato afirmando que o prejuízo em financiar a Unigel é menor que o de fechar definitivamente as unidades. A diferença, que seria de R$ 100 milhões, corresponde ao custo que a Petrobras teria caso seus funcionários fizessem uma greve em protesto contra a demissão dos funcionários da Unigel. O ministro do TCU Benjamin Zymler, relator do caso, está até agora sem entender como o fechamento de uma empresa privada com 255 funcionários poderia fazer parar toda a Petrobras — algo que não ocorreu nem quando a própria petroleira parou essas mesmas fábricas.

Depois que o TCU divulgou seu relatório, chegaram ao canal de denúncias da Petrobras alertas relatando pressões sobre técnicos para validar o contrato. Um deles dizia que funcionários do setor de recursos humanos tinham sido levados a endossar o cálculo do risco de greve para justificar o acordo. Iniciou-se, então, uma auditoria interna que coletou e-mails, apreendeu celulares e interrogou vários executivos. Ouvidos oficialmente, os empregados em questão negaram ter sido coagidos, e a auditoria concluiu que nada demais tinha ocorrido.

Mas a briga entre os conselheiros que são contra o negócio e a diretoria da Petrobras continua, e até agora não se sabe que fim levará o tal contrato, pendente de aprovação.

Perto dos R$ 43,9 bilhões de dividendos extras ou dos R$ 500 bilhões em investimentos previstos pela Petrobras para os próximos cinco anos, o dinheiro da Unigel é troco. A questão é que, da mesma forma que a queda na Bolsa não foi provocada apenas pela retenção do dividendo extra, e sim pelo temor de uma volta ao intervencionismo do passado, o caso da Unigel também não preocupa apenas por causa do valor, e sim pelo que traz de volta. Diz a sabedoria popular que nenhum incêndio começa grande. E, para quem já foi todo chamuscado, qualquer faísca já provoca calafrios.

ARTIGO

Marielle e Anderson: por que seis anos sem solução?

JUREMA WERNECK

Passados seis anos sem que as autoridades tenham respondido à maioria das perguntas levantadas pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes — incluindo as principais: "Quem mandou matar?" e "Por quê?" —, uma questão mais deve se somar àquelas que permanecem em aberto: por que seis anos sem resolução?

A pergunta, tão urgente quanto as demais, destaca as falhas, os atrasos e os desvios inaceitáveis no caminho das investigações ao longo desse tempo. É preciso vontade política, responsabilidade e trabalho sério para interromper as condições que possibilitaram um crime bárbaro contra uma vereadora defensora de direitos humanos e seu motorista, na área central de uma das maiores capitais do país.

Mais de 40 representantes de diferentes instituições e Poderes estiveram à frente das investigações. Foram, ao menos, seis delegados, dois secretários de Segurança Pública, seis secretários de estado de Polícia Civil, dois generais (um interventor federal e seu encarregado da Segurança Pública), dois procuradores-gerais de Justiça, dezenas de promotores de Justiça, três governadores, um superintendente da Polícia Federal (PF), quatro ministros da Justiça e três presidentes da República. Nenhum deles apresentou resultados e ações que sugiram uma efetiva mudança no Rio de Janeiro e no país.

Os ex-PMs Elcio Queiroz e Ronnie Lessa foram presos preventivamente em 2019. A decisão judicial de levá-los a júri popular foi proferida em 2020. No entanto apenas em julho de 2023 o envolvimento deles e do ex-bombeiro Maxwell Simões Correa foi confirmado por uma investigação conjunta do Ministério Público do Rio, da PF e da Polícia Federal Penal. E somente no dia 28 de fevereiro último, Edilson Barbosa dos Santos, o Orelha, foi preso acusado do desmanche do carro usado no crime, a mando de Maxwell Simões. Por que tanto tempo para termos uma visão melhor dos possíveis encarregados da execução?

Causa perplexidade a sequência de falhas das autoridades em perseguir o melhor caminho para chegar a uma solução

Um crime de tamanha repercussão, que segue diante dos olhos do mundo todo, causa perplexidade não apenas pela brutalidade, mas também pela sequência de falhas das autoridades em perseguir o melhor caminho para que se chegasse a uma resolução adequada no menor tempo possível. Ao contrário, erros e omissões estão entre as principais marcas destes seis anos sem Marielle e Anderson.

A Anistia Internacional está mobilizada no Brasil e no mundo, desde a primeira hora, por justiça. Dando mais um passo, apresentamos às autoridades e à sociedade um documento com os seis maiores erros que nos trouxeram até a presente data. Entre eles estão: 1) a demora em si, de mais de meia década, para identificação dos mandantes e o não julgamento dos envolvidos nos assassinatos; 2) a falta de controle sobre as armas e munições de uso exclusivo das forças de segurança pública, que fez com que esses artefatos fossem parar nas mãos de assassinos profissionais com treinamento também fornecido pelo Estado; 3) a passividade dos representantes das instituições diante das tentativas de obstruir as investigações; 4) as trocas constantes das autoridades responsáveis pela solução do crime; 5) a sistemática violação do direito dos familiares das vítimas e seus advogados de participar das investigações; e 6) a falha do Estado brasileiro em implementar políticas que garantam a proteção de defensores de direitos humanos.

No sexto ano sem justiça, o Brasil segue devendo às famílias, à sociedade, aos amigos e às amigas e à comunidade internacional uma resposta à altura do legado de Marielle Franco: segurança, justiça, direitos para todas e todos em todos os lugares.

Jurema Werneck é diretora executiva da Anistia Internacional Brasil

ARTIGO

A catalepsia do Rio

GABRIEL GUIMARÃES

A catalepsia projetiva é um fenômeno que ocorre durante o sono em que basicamente acontece o seguinte: enquanto dormimos, nossa consciência desperta, mas não conseguimos nos mexer. O indivíduo, mesmo estando consciente, não pode agir para mudar o cenário. A dura realidade é que o Estado do Rio de Janeiro vive há alguns anos uma catalepsia projetiva que não dá sinais de encerramento — muito pelo contrário.

Desde 2014, a situação fiscal e econômica do estado é extremamente delicada. Salários atrasados e servidores vivendo com ajuda de cestas básicas foram o pano de fundo para a assinatura do acordo de recuperação fiscal em 2017.

A partir de então, o acordo tem sido a muleta política perfeita para os desmandos administrativos no estado, e a situação econômica não dá sinais de mudança. Somente em 2022 e 2023, o governo informou que houve aumento de R$ 15 bilhões na dívida líquida. A dívida do estado com a União é de, aproximadamente, R$ 188 bilhões, segundo o governo.

Associado à catalepsia da insolvência fiscal, temos o prenúncio de uma disputa política avassaladora. As movimentações políticas em prol da sucessão de Cláudio Castro — por causa de uma possível candidatura ao Senado — põem em xeque o convívio harmonioso entre os Poderes. Nesse cenário, o vice-governador Thiago Pampolha, então do União Brasil, filiou-se ao MDB contra a vontade do chefe do Executivo estadual e foi demitido sumariamente da Secretaria de Meio Ambiente, que ocupava desde 2020.

A entrada de Pampolha no MDB — e sua saída do União Brasil — está vinculada à chegada de Rodrigo Bacellar, presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), a este partido. Bacellar passou a dar as cartas no União Brasil no estado, enquanto o vice-governador não tinha a mesma influência. Ambos almejam, por caminhos e alianças diferentes, concorrer à cadeira de Cláudio Castro em 2026.

A grande questão é: não haverá estado a administrar em 2026 se a situação fiscal não for resolvida

O enfrentamento político é desejável e saudável nas democracias. A situação econômica e social do Rio de Janeiro, porém, não suportará um futuro governador (ainda que por pouco tempo) em franca disputa com um presidente da Alerj. Essa rota de colisão — que já vem sendo alimentada — faz com que o debate político fluminense seja em torno da sucessão do Executivo, e não da crise econômica e fiscal que assola o estado.

A grande questão é: não haverá estado a administrar em 2026 se a situação fiscal não for resolvida. Enquanto a classe política fluminense não compreender que a agenda fiscal deve ser a prioridade de todos, as disputas políticas prejudicarão as necessidades do funcionamento do Rio de Janeiro.

A angústia da apressada sucessão ou o caos fiscal são apenas retratos de uma disputa política por um espólio que de nada valerá. A vitória de Pirro — em que o vencedor, na prática, é um derrotado — caberá à um personagem que, assim como na catalepsia, pode até ter consciência do desastre fluminense, mas terá sua mobilidade como marca da doença que assola o estado.

Gabriel Guimarães, cientista político formado pela FGV/CPDOC, é mestre e doutorando em ciência política no Iesp-Uerj